



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681011 - SP (2021/0224134-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RENATA APARECIDA GIOCONDO
ADVOGADO : RENATA APARECIDA GIOCONDO - SP218138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS ROGERIO MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ROGERIO MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*HC* originário n. 2124083-25.2021.8.26.0000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada, manteve a segregação cautelar do paciente (fls. 24 - 40).

A prisão em flagrante do custodiado, em 5/2/2021, foi ulteriormente convertida em preventiva, nos termos do art. 310, inciso II, do CPP, decorrente de suposta prática do delito descrito no art. 157, § 2º-A, inciso I, do CP.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação do paciente, oriunda de exclusivo e viciado procedimento de reconhecimento "fotográfico" (fl. 6) em solo policial, além de despida de fundamentação idônea e de justa causa, não preenche os requisitos autorizadores descritos nos arts. 226; 282, § 6º; 312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP, associados à dicção do art. 93, inciso IX, da CF/88.

Ademais, assevera que a manutenção da prisão acautelatória do acusado está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Nesse panorama, requer a impetrante, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura e, na sequência, a concessão da liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, sua revogação, mediante cominação de medidas cautelares alternativas (arts. 316, *caput*, 319, e 648, incisos I e VI, todos do CPP). No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente